

AINST/16/00060 — Relatório final da CAE

I - Avaliação da Instituição

Perguntas A1. e A2.

A1.1 Instituição de Ensino Superior:

Escola Superior De Tecnologias E Artes De Lisboa

A1.2 Entidade instituidora:

Instituto Leonardo Da Vinci

A2. Natureza da instituição:

<sem resposta>

Requisitos Gerais

A3. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

A3.1. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

Está definido e é coerente com a natureza politécnica e a missão da Instituição

A3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O Projecto educativo, científico e cultural (PECC) da ESTAL, com um pendor acentuadamente descritivo de actividades já realizadas e a realizar, está ancorado em 3 objectivos estratégicos:

- A “formação” - em que a IES pretende: “promover um ensino superior de qualidade, rigor e excelência...; fomentar uma forte componente prática nas dimensões do saber/conhecimento, do saber/raciocínio lógico e saber agir/acção; orientar a prossecução da aplicabilidade relativa à integração dos nossos diplomados no mercado do trabalho”;
- A “identidade formativa” - em que a IES deseja “afirmar-se, na formação artística e do design de comunicação, com a melhor oferta de ensino superior em território nacional e com ciclos de estudos únicos e contundentes, no 1.º e 2.º ciclos, mas também a jusante destes, com a criação de CTesP próprios e singulares”;
- A “ampliação do espectro científico das suas áreas identitárias” - em que a IES visa “introduzir novos ciclos de estudos que reforcem a oferta formativa no universo das áreas do design de comunicação, das áreas artísticas e tecnológicas, funcionando como uma característica de distinção no ensino superior em Portugal”.

Como missão, a ESTAL estabelece: a qualificação de alto nível dos seus estudantes nas áreas de conhecimento..., formação cultural e cívica; a criação, a transmissão e a difusão da cultura, da arte, da tecnologia e da ciência; a criação das condições para a realização da investigação...; a mobilidade. Ou seja, pode dizer-se que, do ponto de vista retórico, a missão e o PECC da Instituição se mostram adequados e coerentes com a natureza politécnica da Instituição. No entanto, uma parte substantiva e fundamental das intenções apresentadas ainda não passou, até ao momento, disso mesmo. Veja-se, como exemplo, o caso da investigação:

O RAA refere explicitamente que uma das atribuições da ESTAL é a “realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas”... e a “transferência e valorização económica da produção científica e tecnológica”.... Contudo, quer nesse Relatório, quer no Plano Estratégico, é assumida a “inexistência, até ao momento, de uma unidade científica própria, que proporcione investigação e produção científica (em desenvolvimento)”, a qual virá a ocorrer “quando os 2ºs ciclos de estudos – Mestrados – forem acreditados, aguardando a sua entrada em funcionamento no ano de 2017/18”.

Porém, tal não aconteceu!

A4. Organização e gestão

A4.1. Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados

A4.1.1 Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados.

Existem, mas não satisfazem as condições legais ou não funcionam regularmente

A4.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

► No RAA são enumerados os órgãos de governo da Entidade Instituidora (ILV) e da Escola, os quais só parcialmente revestem conformidade legal e estatutária.

Na ESTAL existem:

- Conselho Directivo (CD): 1 presidente e 2 directores
- Conselho Técnico-Científico (CTC): 12 docentes
- Provedor do Estudante (apontado como órgão da Escola, sendo que, de acordo com o artigo 25º do RJIES, o não é exactamente...)
- Conselho Pedagógico (CP)

Embora estatutariamente esteja definido que o CP é composto por 1 estudante e 1 docente por cada curso conferente de grau académico, a constituição real do órgão (que deveria ser 2 estudantes + 2 docentes) é bem diferente, como pôde apreciar-se através da consulta de uma acta (29/11/2017). Da respectiva folha de presenças consta o nome de 14 conselheiros (ainda que 4 tenham faltado): curso de Artes Performativas – 4 docentes e 3 estudantes; curso de Design de Comunicação – 4 docentes e 3 estudantes.

O número total de conselheiros e a paridade docente-estudante revestem, como se vê, falta de conformidade legal e estatutária.

► Além dos órgãos referidos, a ESTAL diz estruturar a sua organização e o seu funcionamento com base na unidade “curso”, pelo que cada um destes possui os seguintes órgãos:

- Um coordenador de curso;
- Uma comissão de curso (composta por “igual número de docentes e alunos, correspondendo a 1 elemento de cada grupo por cada ano curricular em funcionamento, eleito de entre os seus pares, presidida pelo coordenador do curso”).

A4.2. Autonomia científica e pedagógica do estabelecimento

A4.2.1 É assegurada a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento:

Em parte

A4.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

► A existência de órgãos de direcção científica e pedagógica, bem como de coordenação de ciclos de estudos, foi já assinalada no pto anterior.

► Apreciando as competências que estatutariamente lhes estão atribuídas, poderá parecer que a autonomia científica, pedagógica e cultural da Instituição está garantida. Mas uma análise mais pormenorizada mostra que ela é, em vários casos e ainda que por vezes indirectamente, mitigada. Por ex:

- A reduzidíssima composição do CP (que deveria ser 2 estudantes + 2 docentes, nos termos dos Estatutos) levanta muitas dúvidas quanto à capacidade do órgão para levar a cabo algumas funções mais complexas que lhe estão atribuídas, como: “Promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da ESTAL e a sua análise e divulgação”; “Promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes, e a sua análise e

divulgação”;

- A curta duração do mandato dos órgãos e s/ dirigentes, embora consonante com os Estatutos, afigura-se como bastante problemática quanto às consequências pedagógico-científicas dela decorrentes: o CP e presidente, o CTC e presidente, os coordenadores curso e os directores (à excepção do presidente do CD - mandato 4 anos) têm mandato só para 1 ano lectivo.

Esta excessiva rotação dos mandatos põe necessariamente em causa a possibilidade de aquisição de alguma especialização na função e, sobretudo, a possibilidade de uma definição sustentada de estratégias a médio e longo prazo.

A este propósito, reporta-se o facto de todos os elementos (3) indigitados para a reunião da CAE com CTC e CP (presidentes CTC e CP, e estudante CP) só estarem a integrar esses órgãos no ano lectivo 2017/18.

- A acumulação de cargos é bastante acentuada (ainda que, no caso dos directores do CD, esteja prevista nos Estatutos).

À data: a presidente do CD era também coordenadora da lic. Design de Comunicação, e coordenadora do Gabinete Estudos Cultura, Artes Performativas e Audiovisuais (GECAPA); um dos directores do CD era também coordenador da lic. Artes Performativas; com a saída do coordenador da lic. Artes Performativas, essa função passou a ser, em 2017/18, acumulada pelo presidente do CP;

A4.3. Participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento

A4.3.1 É assegurada a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento:

Não

A4.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O RAA afirma que “a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo da Instituição é assegurada através da participação da comunidade académica nos seus órgãos”.

Contudo, a excessiva concentração de poder de chefia/coordenação dos órgãos nas mesmas pessoas (já evidenciada no ponto anterior) é bastante limitativa da participação, designadamente de docentes, no governo da instituição.

O processo de elaboração/validação do RAA é, também, um claro exemplo da fraca participação de docentes e estudantes. O próprio relatório indicia que foi elaborado apenas pelas chefias, se bem que refira que “os órgãos técnico-científico e pedagógico aprovaram o documento produzido”. Tal facto, contudo, não foi comprovado durante a visita. Constatou-se, sim, pelas afirmações feitas, que o CP e o CTC. se não pronunciaram sobre o mesmo.

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade (artigo 4º, nº 1, alínea c) do RJAES):

Está organizado por Unidade Orgânica (segue para A5)

A4.4.1. Evolução do sistema (no caso de sistema certificado pela A3ES).

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e certificado pela A3ES:

<sem resposta>

A4.4.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistema não certificado pela A3ES)

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e ainda não certificado pela A3ES:

<sem resposta>

A5. Ensino

A5.1. Procura e acesso

A5.1.1. A instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes:

Não

A5.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

► No RAA, diz-se que o nº total de alunos das licenciaturas tem vindo a aumentar, afirmando mesmo que “em 5 anos lectivos, o nº de alunos de Artes Performativas cresceu 250%... o de Design de Comunicação cresceu 160% ... no global, o nº de alunos cresceu cerca de 180%”.

E acrescentam que esse crescimento se deve “única e exclusivamente ao aumento da visibilidade da ESTAL e da sua oferta formativa e da qualidade do serviço disponibilizado aos estudantes”... uma vez que têm “aumentado a eficácia da presença nas escolas secundárias, de ensino profissional e de ensino artístico, onde dão a conhecer as ofertas formativas”.

O referido crescimento é ilustrado com os quadros do ponto A8.1. (Procura e acesso) do RAA:

Licenciatura Artes Performativas:

- Nº alunos 1º ano / Nº total alunos (1º, 2º e 3º anos):

2011/12 - 9 / 20

2012/13 - 8 / 24

2013/14 - 9 / 23

2014/15 - 12 / 29

2015/16 - 16 / 40

2016/17 - 20 / 50

Licenciatura Design Comunicação:

- Nº alunos 1º ano / Nº total alunos (1º, 2º e 3º anos):

2011/12 - 25 / 45

2012/13 - 17 / 40

2013/14 - 28 / 66

2014/15 - 25 / 77

2015/16 - 21 / 82

2016/17 - 20 / 72

Os quadros permitem, contudo, perceber que não houve/foi mínimo o crescimento do nº total de alunos nos últimos 3 anos (106 alunos em 2014/15; 122 em 2015/16; 122 em 2016/17). Mais, não ocorreu qualquer incremento substantivo de alunos de 1º ano no caso de Artes Performativas (12 em 2014/15, para 20 em 2016/17), sendo que, no caso de Design Comunicação, esse número até diminuiu (25 em 2014/15, para 20 em 2016/17).

► Apesar disso, assumem não parecer necessário promover acções para atrair alunos para Artes Performativas, pois, dizem, “ não é de ignorar o fenómeno de moda”. Uma vez que “o curso é praticamente único”, têm “alunos de norte a sul do país, alunos estrangeiros não integrados em Erasmus”.

Esta posição é, ainda, mais estranha se compararmos o nº de vagas oferecidas para o curso com o nº de inscritos no 1º ano, já que uma elevada percentagem daquelas não é ocupada:

- Licenciatura Artes Performativas:

Nº vagas / Nº alunos inscritos 1º ano:

2013/14 - 30 / 8

2014/15 - 20 / 13

2015/16 - 30 / 15

Já sobre o curso de Design de Comunicação, referem que “tem uma base de recrutamento restrita porque a oferta é maior, sendo os alunos maioritariamente da área metropolitana de Lisboa”.

- Licenciatura Design Comunicação:

Nº vagas / Nº alunos inscritos 1º ano:

2013/14 - 60 / 21

2014/15 - 60 / 22

2015/16 – 65 / 20

Porém, não são indicadas medidas tomadas/a tomar para inverter a situação.

(Realce-se que os valores apresentados para o nº de alunos inscritos no 1º ano diferem de uma para outra tabela.)

► Do exposto se infere não existir uma política consistente de recrutamento de novos estudantes. O acesso faz-se predominantemente pelo regime geral, apresentando a entrada pelo regime dos Maiores de 23 anos valores residuais.

A5.2. Sucesso escolar

A5.2.1. A instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes:

Não

A5.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

► Os valores apresentados no RAA relativos a taxas de progressão, retenção e abandono, e tempo médio de conclusão do curso são os seguintes:

- Taxas de progressão (2015/16 para 2016/17):
 - Licenc. Design Comunicação: 71,42% do 1º para o 2º ano curricular; 85,71% do 2º para o 3º ano (taxa média de progressão - 78,57%);
 - Licenc. Artes Performativas: 68,75% do 1º para o 2º ano curricular; 91,66% do 2º para o 3º ano (taxa média de progressão - 80,20%).

- Taxas de abandono e retenção (2015/16 para 2016/17):
 - Licenc. Design Comunicação: 28,57% desistiram (1.º para 2.º ano);
 - Licenc. Artes Performativas: 31,25% desistiram (1.º para 2.º ano).

- Tempo médio de conclusão do curso:
 - Licenc. Artes Performativas: 3 anos curriculares;
 - Licenc. Design Comunicação: 3.2 anos curriculares.

► Não é evidente a existência de qualquer política de integração dos alunos na Escola. Consideram que “os alunos se integram, no geral, bem”, cabendo essa missão aos colegas dos 2º e 3º anos. E ilustram a ideia de “tudo estar a correr bem” com um exemplo totalmente débil: “no semestre que está a decorrer, o espectáculo dos finalistas inclui alunos do 1.º e 2.º anos”.

► No que respeita à promoção do sucesso escolar, a “política” que põem em prática suscita, no mínimo, o questionamento da sua eficácia. Dizem fazê-lo por duas vias, a que chamam “positiva” e “negativa”:

- Via positiva:
 - Desconto de 20% na propina para alunos que obtenham 16 valores de média de todas as classificações a partir do 1.º ano curricular (bolsa de mérito);
 - Divulgação: dos casos de sucesso entre os diplomados; dos “excelentes” trabalhos dos estudantes nas redes sociais; dos estudantes que obtiveram a bolsa de mérito pela DGES.

- Via negativa
 - Instituição de uma propina elevada para a frequência de unidades curriculares em atraso. Esta prática, de pendor acentuadamente penalizante, dificilmente se pode compaginar com a informação de que há na Escola alunos com grandes dificuldades económicas. Parece conduzir mais ao abandono do que ao sucesso escolar ... (não foi possível, durante a visita, obter resposta a esta interpretação).

Acresce o facto de os estudantes ficarem impedidos de prosseguir os estudos se tiverem propinas em atraso (informação obtida durante a visita).

Não foi perceptível a existência de estratégias de apoio dos docentes para a recuperação dos alunos em situações especiais.

A5.3. Ligação à investigação orientada

A5.3.1. A instituição tem medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação orientada desde os primeiros anos:

Em parte

A5.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A ESTAL considera que assegura o contacto dos estudantes com a investigação orientada desde os primeiros anos através das seguintes medidas:

- Em Design de Comunicação, por via da UC Métodos e Técnicas de Pesquisa e da UC Projecto, em que, através dos respectivos conteúdos, os alunos são iniciados na “procura de dados orientada” e “tratamento de dados com análise qualitativa”
- Em Artes Performativas (cujo plano de estudos se baseia no conceito de que a criação artística é, em si, um processo de investigação orientada no sentido da criação de uma obra artística), os estudantes dos 3 anos do curso realizam apresentações públicas, mostrando os processos de formação e criação, ao longo do semestre, no âmbito das várias UC's. Também no 3.º ano, em cada semestre, procedem à Criação de Espectáculo, que resulta de uma investigação artística orientada, realizada em conjunto com as UC's desse ano, numa perspectiva transdisciplinar.

A5.4. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho

A5.4.1. A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho:

Em parte

A5.4.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A ESTAL afirma ter uma empregabilidade “excelente” nos 2 cursos, atingindo perto dos 100%.

Não se mostram muito preocupados com a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, referindo que frequentemente chegam pedidos à Escola para a realização de estágios, e que estes são encaminhados para os alunos, que por sua vez entram em contacto directamente com as empresas.

Têm também feito protocolos com Instituições ou empresas, no âmbito da prestação de serviços à comunidade, sendo que os alunos que se distinguem são convidados a estagiar ou a integrar essas Instituições.

No que respeita ao curso de Artes Performativas, a empregabilidade é também elevada. Os finalistas ficam aptos a trabalhar por conta própria ou a constituírem as suas próprias empresas/produções. Ainda que não seja evidente a existência de um processo sistematizado de monitorização da empregabilidade dos diplomados, os dados que disponibiliza dão evidências de que conhecem o seu percurso, pois tratando-se de uma comunidade académica muito pequena (como abaixo se ilustra), os canais de comunicação são bastante facilitados:

- Diplomados - Design Comunicação:

2012/13 - 3

2013/14 - 13

2014/15 - 14

2015/16 - 18

- Diplomados - Artes Performativas:

2012/13 - 10

2013/14 - 4

2014/15 - 8

2015/16 - 7

A6. O corpo docente

A6.1. A Instituição dispõe de um corpo docente adequado e tem uma política de recrutamento:

Não

A6.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

► A apreciação deste ponto não é matéria linear, por razões que abaixo se expõem:

- Os dados apresentados no RAA, relativos a 2015/16, são inconsistentes:

- Pto A.9:

Docentes TI / Docentes Total

Doutores 4 / 7

Especialistas 8 / 12

Mestres 5 / 7

Licenciados 2 / 2

Total 19 / Total 28

- Pto B.2:

Docentes TI / Docentes Total

Doutores 6 / 9

Especialistas 4 / 9

Outros docentes 4 / 9

Total 14 / Total 27

- Pto D.5.2:

Docentes TI

Doutores - 4

Especialistas doutores - 2

Especialistas não dout. (CTC) - 3

Especialistas não dout. (título) - 1

Outros docentes - 4

Total (TI) 14

- A visita permitiu perceber que a partir da data da submissão do RAA (Julho 2017) tinham ocorrido alterações bastante significativas no corpo docente, pelo que muitos dos docentes listados no pto D.5.1.2, cujas fichas foram submetidas, já não estavam em exercício de funções (note-se que em 2017-18 entraram 10 novos docentes).

- Não tendo sido possível clarificar a situação presencialmente, a CAE fez um pedido escrito à Escola, solicitando: nº de estudantes e lista actualizada dos docentes (2017/18); acta do CC de 03-09-2017.

Através dessa Acta, confirmou-se que grande parte do corpo docente desse curso fora “dispensado” a escassos dias do começo das aulas.

- Dados fornecidos (2017/18) na resposta ao pedido da CAE:

- Total Estudantes (licenciaturas): 113

- Total Docentes: 26 ou 27 (valores diferentes nos quadros enviados):

Doutores - 8

Especialistas - 12 [2 doutor; 9 não doutor (CTC); 1 não doutor (título)]

Outros - 6

- Total Docentes TI: 16

Doutores - 3

Especialistas doutor - 2

Especialistas não doutor (CTC) - 7

Especialistas não doutor (título) - 1

Outros - 3

- Tipo de contrato:

“Sem termo” – 3 [1 doutor; 1 doutor esp.; 1 esp. não doutor (CTC)]

“Prestação de serviços”, de duração semestral – 22

“Protocolo com FBAUL” – 1

- Com a maioria dos docentes (22) contratados ao semestre, em regime de “prestação de serviços”, torna-se absurdo apreciar a estabilidade do corpo docente. O RAA, contudo, diz que “... cerca de 3/4 dos docentes da ESTAL estão há cinco ou mais anos a leccionar na Escola, o que significa que esta instituição confere estabilidade ao corpo docente, ao ensino ministrado e à instituição”.

► Em suma: a Escola não dispõe de um quadro permanente de professores de dimensão minimamente adequada, que lhe garanta autonomia científica e pedagógica; o recrutamento de docentes, feito maioritariamente por via de “contratos prestação de serviços”, é manifestamente desajustado para uma instituição de ensino superior; a duração semestral dos “contratos prestação de serviços” impede que a avaliação da adequação do corpo docente seja feita para mais do que 1 semestre; com este tipo de contratação, não pode avaliar-se a estabilidade do corpo docente.

A7. A atividade científica e tecnológica

A7.1. Políticas de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

A7.1.1. A Instituição tem uma política para a investigação orientada, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento profissional de alto nível, e para a sua valorização económica:

Não

A7.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

► No RAA, a investigação aparece explicitamente associada à expectativa, se bem que não concretizada, de “entrada em funcionamento, em 2017/18, do mestrado em Ilustração, em parceria com a UAL, e à submissão de um mestrado em Design Editorial e outro em Webdesign”.

Nesse contexto afirmam que “fomentar, desenvolver e investir na actividade científica é um objectivo primordial da Escola”, apresentando algumas “ideias de desenvolvimento essenciais”:

- Dizem estar a trabalhar no sentido de materializar o projecto de criação de uma unidade de investigação própria – Plataforma de Convergência das Artes (PLACA).

Realce-se que, quer no RAA, quer durante a visita, não se identificaram quaisquer indícios da implementação de tal projecto.

- Fazem, também, referência ao Gabinete de Estudos de Cultura, Artes Performativas e Audiovisuais (GECAPA), cujos produtos não foram perceptíveis.

Tal Gabinete terá sido constituído em 2013/14, sob proposta de um docente da ESTAL, no âmbito do seu doutoramento em Artes Performativas na ULisboa, no seio do CLEPUL - Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias.

Através de um protocolo posteriormente feito, o GECAPA ter-se-ia formalizado como “uma equipa de trabalho científico especializado em torno de temáticas específicas, prosseguindo projectos de pesquisa ligados a determinados objectos de investigação, culturais e artísticos”, que conta com “26 investigadores, dos quais 9 são docentes da ESTAL e 3 são por ela diplomados”.

A este propósito merece referência o facto de aquele docente integrado no CLEPUL já não ter contrato com a ESTAL à data da visita...

- Consideram que outro investimento foi a criação do Centro de Educação e Formação da ESTAL (CEF), que “promove a disseminação de conhecimento e das experiências pedagógicas e artísticas através de plataformas de difusão”.

Sobre a sua actividade referem que este Centro, em conjunto com o GECAPA e a IFIL_NOVA da FCSH da UNova de Lisboa, promoveram um simpósio - O Corpo que Fala e Pensa, apontando como resultado os respectivos relatórios.

► Em suma, e apesar de a ESTAL considerar que se encontra a “promover os mecanismos para implementar a sua actividade e produção científicas em sede própria, mas também a ampliar a sua actividade artística, comunicacional e tecnológica adequada à sua missão institucional e ao desenvolvimento profissional de alto nível”, as evidências encontradas não mostram a existência de qualquer política nesse sentido.

Merece, contudo, registo o facto de grande parte dos docentes em serviço na ESTAL integrarem unidades de investigação acreditadas noutras instituições, onde produzem investigação.

A7.2. Políticas de prestação de serviços à comunidade

A7.2.1. A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional:

Sim

A7.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

- No âmbito da prestação de serviços à comunidade local, regional e nacional, desenvolvem relações próximas com o tecido empresarial, produtivo, industrial, artístico e cultural, através de parcerias e protocolos, que pretendem ampliar, com o objectivo de: proporcionar estágios e empregos aos diplomados; oferecer mais valias e projectar a visibilidade da marca ESTAL, a sua notoriedade e reconhecimento junto dos públicos; propiciar aos alunos e diplomados o contacto com outras realidades, quer laborais, quer académicas.

Essa prestação de serviços, de que abaixo se dão alguns exemplos, é feita quer isoladamente, quer em parceria com outras organizações ou empresas, outros ciclos de estudos, e outras instituições de ensino superior:

- Idealizaram e criaram, em 2013, o site da FLY - First Love Yourself, uma empresa de estética e bem-estar; realizaram, para a CEI-Zipor, um trabalho que consistiu na redefinição das identidades visuais deste grupo empresarial; desenvolveram, em parceria com a empresa Truticultura do Rio Ceira, Lda., um trabalho que consistiu na criação de rótulos para 3 frascos de um produto tradicional; realizaram, em 2013/14, um trabalho de criação de uma nova identidade para a recém-criada Junta de Freguesia da Estrela - a nova heráldica da Junta e uma logomarca que pudesse ser usada em situações menos institucionais; foram entregar às crianças do IPO Lisboa, no Dia Internacional da Criança 2015, um livro para colorir, com desenhos seus; promovem eventos temáticos, nomeadamente concertos de música e apresentações de performances e, ainda, workshops, nas temáticas do design analógico e digital, ilustração e desenho;

- Em parceria com a Lisbon Urban Design Laboratory, realizaram um projecto de Design de Campanha, cujo objectivo era aprenderem a planear uma estratégia eficaz e criativa para uma campanha publicitária;

- No âmbito da parceria com a Junta de Freguesia de Alcântara, estão em desenvolvimento, desde o último semestre de 2016/17, projectos de design de comunicação visual, nomeadamente nas áreas do design editorial, infográfico e de publicidade. Foi o caso do desenvolvimento de desdobráveis turísticos que reúnem a concepção de um mapa da zona de Alcântara, com destaque para 9 percursos turísticos;

- Em parceria, fazem candidaturas a financiamentos comunitários, como no caso do projecto “Bairros Leitores”, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida do bairro Casalinho da Ajuda - freguesia de Alcântara - fomentando a leitura e a literacia dos moradores;

- As actividades desenvolvidas apresentam uma razoável consistência na promoção cultural e artística da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional.

A7.3. Políticas de captação de receitas próprias

A7.3.1. A instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado:

Em parte

A7.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

- A propósito da captação de receitas próprias, algumas das afirmações feitas são de difícil comprovação. Além disso, parte do que apontam como receitas mais tem a ver com benefícios de que os estudantes poderão usufruir:
 - Referem que têm vindo a rentabilizar o edifício onde agora estão instalados, adquirido pela entidade Instituidora há 2 anos, arrendando espaços à hora/dia/mês, em horários e para actividades que não ponham em causa o normal funcionamento da Escola;
 - Dizem que o financiamento da actividade científica/tecnológica/artística da ESTAL será assegurado por candidaturas a fundos comunitários, através de parcerias várias.... e que foi assim que, ao longo dos últimos 6 anos, conseguiram realizar vários projectos e projectar a ESTAL e os seus cursos, sem recurso às propinas pagas pelos alunos. Como exemplo desta política citam a parceria realizada com a MOP - Multimédia Outdoors Portugal SA, que permitiu à ESTAL divulgar gratuitamente as suas licenciaturas nos mupis do Metro durante o mês de Agosto.
 - No âmbito da licenciatura em Design de Comunicação, dizem realizar regularmente trabalhos para empresas. No caso de esses trabalhos serem operacionalizados, os estudantes são compensados, quer através de pagamento de propinas, quer através da aquisição de material para os seus estudos.
 - Também referem que a licenciatura em Artes Performativas financia parcialmente a sua actividade artística, não apenas através de parcerias com companhias de teatros/salas de espectáculo, como através de receitas próprias (bilheteira), que são, por vezes, investidas em equipamento para o curso.
- Das actividades realizadas pelos alunos, das candidaturas comunitárias, das diferentes parcerias e do aluguer de espaços do novo edifício não são reveladas verbas recebidas.

Os valores apresentados no RAA, sem qualquer explicitação, são os seguintes:

(em milhares de euros)

Períodos Realizados Estimado Previsionados

2014 2015 2016 2017 2018

Vendas e serviços prestados 472,6 505,8 544,5 599 694,8

A8. Políticas de colaboração nacional

A8.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras instituições nacionais:

Não

A8.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

- Em termos de cooperação com outras instituições nacionais, a ESTAL diz ter parcerias com escolas secundárias/profissionais e com instituições de ensino superior, politécnicas e universitárias:
 - Com a Universidade Autónoma de Lisboa, desde 2016, na criação de novos ciclos de estudos, que num primeiro momento se circunscreve às áreas da Ilustração artística/científica, nos graus de licenciatura, pós-graduação e mestrado. Não foram, contudo, identificadas evidências dessa colaboração;
 - Com o ISEC Lisboa, fazendo parte de uma rede que visa a criação de CTESP's. Não foram, também aqui, identificadas evidências dessa colaboração;
 - Com a Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, no âmbito da investigação, docência, cooperação técnica, documentação, informação.... Quando solicitado este protocolo, foi

disponibilizado um documento datado de 2012, que se traduz num contrato de prestação de serviços de um docente;

- Com a Universidade Católica, que se consubstanciou num concurso para criação de uma proposta visual de design editorial para o catálogo de livros desta Universidade (comemoração dos 15 anos da sua editora), integrado curricularmente e posteriormente disponibilizado ao público pela Universidade, em 2014, na Feira do Livro de Lisboa.

- Em termos de colaboração com outras instituições de ensino superior, enunciam alguns eventos em que os estudantes de Artes Performativas participaram, designadamente: Festival SET, organizado pela ESMAE Porto, desde 2007-08; Festival END, realizado em Coimbra, em 2014-15; FATAL, em 2015.

A9. Políticas de internacionalização

A9.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização:

Em parte

A9.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

- A ESTAL acentua o facto de ser detentora da Carta Erasmus desde 2015 (ano em que obteve a primeira subvenção para mobilidade) e de, então, ter criado o departamento de Relações Internacionais (GRI).

- De entre as actividades desenvolvidas (início em 2015-16) refere o estabelecimento de parcerias: com instituições de Espanha e da Eslováquia, para a Licenciatura em Artes Performativas; com instituições de Espanha, Lituânia, Polónia, República Checa e França, para a Licenciatura em Design de Comunicação.

Reconhecendo que a “internacionalização por via do ERASMUS + é muito recente”, aponta como forma de a expandir “dando-se a conhecer através de participação em feiras de educação e eventos semelhantes”.

Esta estratégia, que se afigura como muito pouco robusta, é também explicitamente formulada no Plano Estratégico (“A ESTAL possui como objectivo incrementar as mobilidades outgoing e incoming de alunos, docentes e não docentes, ... Depois, a ESTAL pretende expandir-se dando a conhecer-se através de participação em feiras de educação e eventos semelhantes.”).

- Relativamente a mobilidades concretizadas indicam, no quadro D.7 do RAA:

- Estudantes estrangeiros matriculados - 8.7 % (a CAE ficou com a percepção de que este valor se refere a estudantes PALOP's).

- Estudantes em programas internacionais de mobilidade (in) - 10.3 %

- Estudantes em programas internacionais de mobilidade (out) - 3.2 %

- Docentes estrangeiros, incluindo docentes em mobilidade (in) - 3 %

- Mobilidade de docentes (out) - 0

Noutro ponto do RAA dizem que no 1.º semestre de 2015/16 receberam os primeiros 4 estudantes (income students) ERASMUS, e que no 2.º semestre foram para Espanha as 3 primeiras estudantes da ESTAL (outcome students).

- Apesar da intenção de reforçar parcerias/mobilidades/..., não é ainda perceptível a existência de uma política institucional para a internacionalização que revista suficiente solidez.

A10. Instalações

A10.1. A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministrarção de ensino politécnico:

Em parte

A10.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

• A ESTAL mudou de instalações em Setembro de 2016, para um prédio com 24 anos, de cerca de 902 m2 de área bruta, bem localizado (actual centro das indústrias criativas e recreativas, em Alcântara) e com boas acessibilidades.

A visita permitiu perceber, contudo, principalmente pela voz dos estudantes, a existência de vários problemas, nomeadamente:

- Salas demasiado pequenas para algumas UC's de Artes Performativas;
- Chão de sala desadequado, por ondulado, para a prática de dança (pôde ser confirmado pela CAE);
- Limpeza deficiente, logo pela manhã, do chão de algumas salas;
- Falta de recursos (equipamentos electrónicos, bibliográficos, ...), sala de "Projecto" sem internet, ...;
- Inexistência de bar /refeitório, agravado com o facto de não haver condições para aquecer comida.
- Deve realçar-se que, nos termos do Aviso nº 9616/2017 (DR 2ª S, nº 161, de 22 Agosto, a ESTAL "está autorizada a ministrar os seus ciclos de estudos conducentes à atribuição de graus académicos nas novas instalações para um nº máximo de 100 alunos em simultâneo".

- Dados disponibilizados relativos ao nº de estudantes:

2015/16: 82 Design de Comunicação e 40 Artes Performativas - Total: 122

2016/17: 72 Design de Comunicação e 50 Artes Performativas - Total: 122

2017/18: 62 Design de Comunicação e 51 Artes Performativas - Total: 113

A11. Serviços de ação social

A11.1. São assegurados serviços de ação social:

Não

A11.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

• O RAA torna visível a acentuada debilidade dos serviços de acção social prestados, ao começar por afirmar que "a acção social centra-se nas bolsas de mérito da ESTAL e noutros tipos de descontos sobre as propinas...".

Assim, a Escola concede:

- Bolsa de mérito - Desconto de 20% na propina, atribuído, a partir do 2.º ano curricular aos alunos que obtenham uma média de classificações igual ou superior a 16 valores (em 2016/17: 2 - Design de Comunicação e 7 - Artes Performativas);

- Descontos por Protocolos: ACP/Força Aérea/Associados e Familiares Sindicato Professores Licenciados - 10% (1.º ano) e 5% (2.º e 3.º anos); Associados e Familiares Sindicato Trabalhadores Portugal Telecom - 10%; Alunos Escola Profissional Gustave Eiffel - 10%;

- Descontos por "prontidão" de pagamento: da propina anual - 10%; da propina por semestre - 5%.

• Não há residências, refeitório, alimentação

• Segundo os responsáveis, a Escola é uma comunidade pequena, pelo que "têm um contacto quase pessoal com os estudantes, permitindo-lhes monitorizar as suas dificuldades financeiras e outras".

Ora, ainda que essa monitorização seja feita, os apoios descritos são fracos, além de não haver qualquer garantia de que os descontos com propinas abranjam estudantes carenciados.

• Relativamente a estudantes com Bolsa de Estudos, os dados relatados são:

- 2013/14: Total de estudantes (89); Bolsas Pedidas (10); Bolsas Concedidas (6); Bolsa máxima (721.6); Bolsa média (699.6)

- 2014/15: Total de estudantes (106); Bolsas Pedidas (12); Bolsas Concedidas (8); Bolsa máxima (737); Bolsa média (715)

- 2015/16: Total de estudantes (122); Bolsas Pedidas (11); Bolsas Concedidas (9); Bolsa máxima (759); Bolsa média (737)

A12. Informação para o exterior

A12.1. A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta educativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da Agência:

Em parte

A12.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A ESTAL recorre muito ao seu sítio na internet para divulgar e dar a conhecer a Escola, afirmando aí colocar “a sua oferta educativa, o resultado da monitorização dos seus diplomados, os relatórios de auto avaliação e de avaliação externa e as decisões da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Essa tarefa é da responsabilidade do ELOS – departamento de estratégia e comunicação, que explora, para além do sítio na internet, outros recursos: as redes sociais (facebook, instagram e linkedin); a newsletter; os concursos; a divulgação nas escolas secundárias, centros culturais, artísticos, feiras promocionais.

Contudo, a CAE não encontrou disponíveis, à data de consulta do site, alguns elementos importantes, como os relatórios de auto avaliação, os resultados da monitorização dos seus diplomados na perspectiva da empregabilidade, o relatório da Inspeção geral do Ensino Superior, os protocolos existentes com outras IES...

Requisitos Específicos

A13. Oferta educativa

A13.1. INSTITUTO POLITÉCNICO: A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Duas escolas de áreas diferentes;
- Quatro ciclos de estudos de licenciatura acreditados, dois dos quais técnico-laboratoriais, em pelo menos duas áreas diferentes compatíveis com a missão própria do ensino politécnico.

OUTRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO:A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Um ciclo de estudos de licenciatura acreditado.

Sim

A13.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

- Estão acreditadas pela A3ES, por seis anos, 2 licenciaturas: Design de Comunicação (07/08/2012) e Artes Performativas (24/05/2013), com estudantes inscritos.

Nota: o TeSP em Ilustração e Infografia (2017-06-15T00:00:00) não tem alunos; o mestrado em Design Editorial não foi acreditado (2015-06-01).

A14. Corpo docente

A14.1. No conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na Instituição:

- A Instituição dispõe, no mínimo, de um especialista ou doutor por cada 30 estudantes;
- Pelo menos 15% são doutores em regime de tempo integral;
- Para além desses doutores, pelo menos 35% são especialistas (que poderão ser igualmente detentores do grau de doutor).

Em parte

A14.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A verificação do cumprimento destes requisitos não reveste a mínima razoabilidade, configurando, mesmo, uma situação absurda, pelas razões já descritas no ponto A.6. [a maioria dos docentes

(22/26) tem “contrato prestação de serviços” com duração de 1 semestre, pelo que não há qualquer garantia de estabilidade, podendo a situação alterar-se de semestre para semestre].

Assim, e tão só na lógica de verificação de um mero cumprimento absolutamente datado, poder-se-ia dizer que no 1º semestre 2017/18 o corpo docente cumpria os requisitos exigidos no art. 49º do RJIES.

Tal facto não sustenta, contudo, qualquer alteração da situação crítica do corpo docente, já antes descrita e aqui reiterada: a Escola não dispõe de um quadro permanente de professores de dimensão minimamente adequada, que lhe garanta autonomia científica e pedagógica; o recrutamento de docentes, feito maioritariamente por via de “contratos prestação de serviços”, é manifestamente desajustado para uma instituição de ensino superior; a duração semestral dos “contratos prestação de serviços” impede que a avaliação da adequação do corpo docente seja feita para mais do que 1 semestre; com este tipo de contratação, não pode avaliar-se a estabilidade do corpo docente.

A15. Observações

A15. Observações

NA

II - Avaliação das Unidades Orgânicas

B1. Ensino

B1.1. Adequação da oferta educativa

Apreciação geral da adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face, designadamente, à missão de uma Instituição de natureza politécnica.

Já respondido

B1.2. Estudantes

Apreciação geral da evolução do número de estudantes nas Unidades Orgânicas.

Já respondido

B1.3. Diplomados

Apreciação geral da evolução do número de diplomados nas Unidades Orgânicas.

Já respondido

B2. Corpo docente

B2.1. Adequação em número, qualificação e especialização

Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Já respondido

B2.2. Estabilidade e dinâmica de formação

Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Já respondido

Perguntas B3. a B5.

B3. Instalações

Apreciação geral da adequação das instalações das Unidades Orgânicas.

Já respondido

B4. Atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

Apreciação geral das atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e

desenvolvimento profissional de alto nível nas Unidades Orgânicas.

Já respondido

B5. Produção artística

Apreciação geral das atividades de produção artística nas Unidades Orgânicas.

Tendo por base o relato feito no RAA, as actividades de produção artística realizadas revelam uma significativa solidez:

- Criaram o Centro de Educação e Formação (CEF), que “promove a disseminação de conhecimento e das experiências pedagógicas e artísticas através de plataformas de difusão”. Este Centro, em conjunto com o GECAPA e a IFIL_NOVA da FCSH da UNova de Lisboa, promoveram um simpósio - O Corpo que Fala e Pensa, apontando como resultado os respectivos relatórios.

- As comunicações para o público em geral têm sido frequentes e ocupam espaços como as FNAC's do Chiado e do Vasco da Gama, mas também a livraria Ler Devagar ou o espaço Amoreiras, no âmbito da Ilustração Artística e Científica da exposição de ilustração “Virar de Página”.

- A licenciatura em Artes Performativas produz 4 espectáculos autorais por ano nas principais salas de espectáculos de Lisboa.

- No âmbito desta licenciatura, começaram a realizar, a partir de 2011/12, apresentações públicas de pequenos objectos de produção artística realizados pelos estudantes no seio das várias UC's, que designaram como “Estaleiro”. Até agora, foram realizados 12 Estaleiros, apresentados:

Em 2011/12, na ESTAL e no Instituto Francês de Portugal;

Em 2012/13, no Teatro Cinearte e no Cinema São Jorge;

Em 2013/14, no Teatro da Trindade e no Teatro da Malaposta;

Em 2014/15, no Teatro do Bairro e no Teatro da Trindade;

Em 2015/16, no Hangar e na Comuna;

Em 2016/17, 1ºS no Teatro Ibérico e no Auditório do Colégio São Tomás.

- Os finalistas do 3º ano têm concretizado, semestralmente, uma Criação de Espectáculo, com características de produção artística profissional. Até agora, foram realizadas 10 Criações de Espectáculo, apresentadas:

Em 2012/13, na Comuna;

Em 2013/14, no Auditório Camões e na Comuna;

Em 2014/15, na Comuna;

Em 2015/16, no Teatro do Bairro e na Comuna;

Em 2016/17, no Teatro da Trindade e no Estúdio TimeOut Market - Mercado da Ribeira.

Alguns destes exercícios ganharam autonomia, tendo-se tornado projectos que concorreram e foram apoiados também por outras entidades, nomeadamente a Direcção-Geral das Artes.

- A licenciatura em Design de Comunicação, através de parcerias ligadas às políticas de prestação de serviços à comunidade, produz vários objectos de comunicação nas suas diferentes áreas.

- Os alunos do 1.º ciclo desta licenciatura e da PG em Ilustração participam com projectos autorais no âmbito de design editorial, numa grande exposição produzida pela ESTAL.

Perguntas B6. a B7.

B6. Prestação de serviços à comunidade

Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade (incluindo atividades de promoção cultural, artística e desportiva) nas Unidades Orgânicas.

Já respondido.

B7. Colaboração nacional e internacional

Apreciação geral das atividades em cooperação nacional e internacional nas Unidades Orgânicas.

Já respondido.

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

No caso de existir um ou mais sistemas, definidos a nível da Unidade Orgânica, não certificados pela A3ES, preencher o campo B8.2.

B8.1. Evolução do sistema (no caso de sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral da evolução dos sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica, desde a sua certificação.

NA

B8.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistemas não certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral do estado de desenvolvimento dos sistemas definidos a nível de Unidade Orgânica não certificados pela A3ES.

- Existe um Manual de Qualidade. Trata-se de um documento mais descritivo do que processual, que dispõe para futuro, onde é referido o que desejam vir a fazer para assegurar a qualidade nos serviços prestados.

Ainda que não esteja datado, constatou-se, através de uma acta do CTC consultada durante a visita, que o Manual só foi aprovado em reunião em 13/09/2017.

- A existência do “Conselho para a Avaliação e a Qualidade” (CAQ) já vem referida nos Estatutos (publicados em 2011) como uma prioridade da Escola. Após todos estes anos, porém, quase nada está feito, para lá da aplicação de questionários, designadamente aos estudantes.

Segundo os Estatutos, o CAQ é composto por “três personalidades de reconhecido mérito nos meios científico, tecnológico e cultural”, que não foi possível identificar durante a visita. O seu presidente, indicado para estar presente na reunião agendada com a equipa do Sistema Interno de Garantia da Qualidade, não compareceu.

Ficou, contudo, claro que as importantes competências que lhe estão atribuídas (abaixo sumária e parcialmente descritas) estão ainda longe de um desenvolvimento minimamente suficiente:

- “ Promover o aumento sustentável da qualidade do ensino e da investigação

- Determinar o desempenho nas áreas do ensino (oferta formativa e funcionamento dos cursos, avaliação dos estudantes, pessoal docente e recursos), da investigação, bem como na prestação de serviços, mediante o estabelecimento de métodos, técnicas e procedimentos devidamente institucionalizados e pré -definidos ..., incumbindo-lhe, para o efeito:

- a) Conceber um sistema interno de garantia de qualidade;

- b) Garantir a aplicação do sistema interno de garantia de qualidade e acompanhá-lo;

- c) Publicar os resultados das avaliações;

- d) Garantir que os resultados do processo resultam numa aprendizagem e que são integrados no ambiente educacional em ordem a contribuir efectivamente para a melhoria contínua da qualidade

....

- Identificar os pontos fracos, minimizando-os, identificar os pontos fortes reforçando-os, identificar as oportunidades e as ameaças...”.

- Na descrição do sistema apresentada pela ESTAL no ponto C.11.2. do seu RAA, é dito que “... no sentido de melhorar os serviços e promover a qualidade do ensino ministrado, o CAQ formalizou um sistema interno de garantia de qualidade capaz de promover o processo de autoavaliação dos serviços, incluindo-o nos seus procedimentos normais de gestão, promovendo a participação de todo o universo educativo (...) os processos inerentes ao Sistema são integrados no funcionamento normal da instituição, permitindo a introdução de melhorias que surjam como necessidade ou consequência da análise dos resultados obtidos nos vários momentos (...) os resultados são apresentados nos conselhos pedagógico e técnico-científico e aí apreciados e discutidos (...) no processo de avaliação participam todos os que estão directamente envolvidos nas actividades da instituição, desde os estudantes até aos funcionários docentes e não docentes e ainda associação de estudantes, esta quando em funcionamento (...) o processo de auto-avaliação inclui ainda o resultado das consultas a

interlocutores externos à ESTAL, de modo a conhecer a imagem pública da ESTAL e a pertinência da sua oferta formativa. Nesta vertente estão incluídas as ordens profissionais, diplomados, empregadores, parceiros institucionais e individualidades de referência na área do design de comunicação, das artes performativas, mas também da música contemporânea e jazz.”

- As afirmações contidas nesta descrição estão longe de corresponder ao que foi apreciado durante a visita,

Em suma, é manifesta a discrepância entre as intenções descritas no Manual, a descrição feita no RAA e as práticas / procedimentos implementados nos vários níveis, designadamente ao nível das actividades formativas e da investigação.

Durante a visita, a CAE reforçou a ideia de que o Manual deve incluir procedimentos e actividades que efectivamente sejam praticados na ESTAL (e não o que pretende vir a fazer-se...), procedendo-se à sua revisão sempre que necessário.

B8.3. Contributo da Unidade Orgânica para o funcionamento do sistema (no caso de sistema a nível da Instituição)

Apreciação do contributo das Unidades Orgânicas para o funcionamento do sistema interno de garantia da qualidade da Instituição.

NA

B9. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria

B9.1. Apreciação global das Unidades Orgânicas

Apreciação global da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

Ver secção III - Apreciação global da instituição

B9.2. Áreas de excelência

Identificação de áreas de excelência.

NA

B9.3. Áreas com fragilidades

Identificação de áreas com fragilidades específicas.

Ver secção III - Apreciação global da instituição

B9.4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

Ver secção III - Apreciação global da instituição

B10. Observações

B10. Observações

NA

III - Apreciação global da instituição

Perguntas C1. a C5.

C1. Apreciação global

Apreciação global da Instituição.

► O Relatório de Autoavaliação (RAA) revela: imprecisões/inconsistências de dados (nº estud. e doc.); informação por vezes pouco consentânea com o assunto em apreciação; tendência para colocar a formação oferecida em níveis desajustados, por excessivos, de qualidade e singularidade (ex: desejam afirmar-se como “a melhor oferta de ens. superior em território nacional e com ciclos de estudos únicos e contundentes...”; análise SWOT demasiado simplista e incompleta;

desenvolvimento altamente incipiente de grande parte dos objectivos definidos no PECC.

► A autonomia cient. e pedag. parece estar teoricamente garantida (existem órgãos e competências adequadas), mas na prática encontra-se, directa/indirectamente, ameaçada. Por ex:

- A composição do CP não cumpre na paridade (8 docentes; 6 estudantes), nem no nº conselheiros (deviam ser 4; são 14);
- A curtíssima duração dos mandatos dos órgãos e s/dirigentes põe em causa a possibilidade de aquisição de alguma especialização na função, e de uma definição sustentada de estratégias a médio-longo prazo: CP, CTC e presidentes, coord. curso, directores (excepção presid. CD - 4 anos) têm mandato só de 1 ano lectivo.

A visita objectivou esta situação - os elementos presentes na reunião da CAE com CTC e CP só integravam estes órgãos desde 2017/18;

• A concentração de poderes e acumulação de cargos são bastante acentuadas, com consequentes fragilidades na participação de docentes e estud.:

- À data: a presid. do CD era coord. da lic. Design Comunic. e coord. do GECAPA; 1 dos directores do CD era coord. da lic. Artes Perform. Com a saída do coord. lic. Artes Perform., essa função passou a ser acumulada pelo presid. do CP em 2017/18;

- É referido que o RAA foi aprovado pelo CTC e CP, mas constatou-se na visita que esses órgãos se não pronunciaram.

► A oferta educativa está reduzida a 2 cursos 1º ciclo, acreditados por 6 anos: Design Comunic. (2012) e Artes Perform. (2013). O mest. Design Edit. não foi acreditado (2015).

► Numa interpretação enviesada do nº estudantes, concluem que “em 5 anos cresceu 250% em Artes Perform, 160% em Design Comun... no global cresceu cerca de 180%”.

Contudo, uma análise detalhada dos mesmos mostra que:

- Não tem havido/foi mínimo o crescimento do nº total (106 - 2014/15; 122 -2015/16; 122 -2016/17);
- Não houve qualquer incremento substantivo no nº alunos 1º ano: Artes Perform passou de 12 em 2014/15 para 20 em 2016/17; Design Comun. o nº até diminui (25 em 2014/15 para 20 em 2016/17).

► Não é perceptível a definição de uma polít. consistente de recrutamento de novos estud. que inverta a situação, e o assunto não parece merecer preocupação muito assinalável, como pode inferir-se de afirmações como: o crescimento deve-se “exclusivamente ao aumento da visibilidade da ESTAL e da sua oferta formativa...”; o curso Artes Perform. “é praticamente único”, tem “alunos de norte a sul...”; o curso Design Comun. “tem uma base de recrutamento restrita porque a oferta é maior...”.

► Não é evidente a existência de qualquer polít. de integração dos alunos, dizendo, a propósito, que “se integram no geral bem”... missão que “cabe aos colegas dos 2º e 3º anos”.

► As taxas de progressão escolar são elevadas (tempo médio conclusão: Design Comun-3.2 anos; Artes Perform-3 anos).

De 2015/16 para 2016/17 desistiram (1.º pº 2.º ano): 28,57% - Design Comun.; 31,25% - Artes Perform.

Não existe qualquer política para promoção do sucesso escolar. A Escola tem uma abordagem, no mínimo, questionável, em particular se conjugada com a informação de que têm alunos com grandes dificuldades financeiras:

- Via “positiva”: desconto de 20% na propina para os que tenham 16 de média; e divulgação dos casos de sucesso nas redes sociais;
- Via “negativa”: propina elevada para a frequência de UC's em atraso.

► Não existe um processo sistematizado de monitorização da empregabilidade dos diplomados (perto dos 100%), mas a Escola mostra conhecer o seu percurso, face à sua reduzida dimensão.

► Relativamente ao corpo docente, a situação é acentuadamente crítica:

• Muitos dos docentes indicados no RAA (Julho 2017) já não estavam em exercício à data da visita (“dispensados” a escassos dias do começo das aulas);

• Em 2017/18 entraram 10 novos docentes, passando o nº total a ser 26. Destes, 22 têm “contrato de prestação de serviços” com duração semestral.

- Não tem, assim, qualquer suporte a afirmação feita no RAA de que “cerca de 3/4 estão há 5 ou mais anos na Escola...o que significa que a instituição confere estabilidade...”;
 - A Escola não dispõe de um quadro permanente de professores de dimensão minimamente adequada, o que põe em causa a necessária qualidade e autonomia científica e pedagógica; o recrutamento, feito maioritariamente por via de “contratos prestação de serviços”, é manifestamente desajustado para uma instituição de ensino superior; a duração semestral desses “contratos” impede que a avaliação da adequação do corpo docente seja feita para mais do que 1 semestre (aliás, com este tipo de contratação perde sentido qualquer apreciação da estabilidade do corpo docente).
 - Não há evidências de qualquer política de investigação orientada. No RAA, esta aparece explicitamente associada à expectativa (não concretizada) de “entrada em funcionamento, em 2017/18, do mest. Ilustração, e à solicitação de 1 mest. em Design Editorial e outro em Webdesign”.
 - A prestação de serviços e as actividades de produção artística descritas revelam uma razoável consistência.
 - Em termos de cooperação com outras instit. nacionais, dizem ter parcerias com escolas secund./profiss. e com IES (Univ. Autónoma Lisboa, ISEC Lisboa, Fac. Belas Artes Lisboa, Univ. Católica). Contudo, e em particular no que respeita a estas últimas, não foram encontradas evidências que reflectam a existência de qualquer política de colaboração.
 - No âmbito da internacionalização, só em 2015/16 começaram a estabelecer parcerias com instituições de outros países, pelo que o nº de mobilidades efectuadas é muito reduzido. Não é ainda perceptível a existência de uma política instituc. que revista suficiente robustez.
 - A ESTAL mudou, em Set. 2016, para um prédio bem localizado e com boas acessibilidades, mas a visita permitiu perceber, quer presencialmente, quer pela voz dos estudantes, a existência de variados problemas: reduzida dimensão e deficiente limpeza de algumas salas; insegurança para a prática de dança (chão acentuadamente “ondulado”); exiguidade de recursos didáct., bibliogr., ...; inexistência de condições para prover alimentação ou tão só aquecer alimentos. (Nos termos do Aviso nº 9616/17, DR 2ª S, 161, 22 Agosto, a ESTAL está autorizada a ministrar as lic. nas novas instalações para um máximo de 100 alunos em simultâneo. Segundo os dados disponíveis, eram: 122 -2015/16 e 2016/17, e 113 -2017/18).
 - Não são assegurados os serviços acção social. Sem residências, refeitório, bar..., o apoio aos estudantes traduz-se em descontos nas propinas (associados a “prontidão” de pagamento ou a classificação de “mérito”).
 - Quanto ao SIGQ, é manifesta a enorme discrepância entre a descrição no RAA, as intenções descritas no Manual (que dispõe para futuro, referindo o que desejam vir a fazer) e as muito incipientes práticas/procedimentos implementados nos vários níveis, designadamente nas activ. formativas e da investig.
- Pouco foi possível esclarecer durante a visita, já que o presidente do “Conselho para a Avaliação e a Qualidade” – composto por “3 personalidades de reconhecido mérito – não compareceu na reunião prevista. Ficou, contudo, claro que as importantes competências atribuídas a esse Conselho estão muito longe de um desenvolvimento minimamente satisfatório, e que muitas das afirmações feitas na descrição do Sistema não evidenciaram qualquer suporte observável.

C2. Pontos fortes

Pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.

NA

C3. Pontos fracos

Pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.

- Relatório de autoavaliação com algumas inconsistências nos dados disponibilizados, e revelador de uma apreciação marcadamente optimista e desajustada, por falta de suporte, sobre a elevada qualidade e singularidade das formações oferecidas pela Escola.
- Análise muito simplista e incompleta das forças /fraquezas /oportunidades /ameaças da instituição.
- Autonomia científica e pedagógica, bem como definição de políticas estratégicas de medio e longo

prazo comprometidas por, designadamente: demasiada concentração de cargos de gestão nas mesmas pessoas; excessiva curta duração dos mandatos institucionais; fraca participação de docentes e estudantes na discussão/tomada de decisões no governo da instituição; incumprimento legal e estatutário na constituição do CP;

- Proliferação de actividades anunciadas para presente e futuro, ainda que sem indícios /indícios bastante embrionários de um desenvolvimento consistente das mesmas.
- Falta de definição e concretização de políticas de investigação, de internacionalização, de mobilidade de estudantes e docentes, de cooperação com instituições congéneres nacionais e estrangeiras, de constituição de um corpo docente próprio e estável, e de recrutamento de novos estudantes.
- Inexistência, com a consequente falta de sistematização/acompanhamento/ medição de acções consistentes de garantia da qualidade.
- Insuficientes actividades e condições em matéria de apoio social escolar.
- Questionável adequação das instalações para a finalidade requerida (deficiente dimensão/limpeza/condições para práticas lectivas seguras em alguns espaços; exiguidade de recursos didácticos/bibliográficos; inexistência de condições para prover alimentação/aquecer alimentos).
- Oferta formativa muito reduzida (2) e limitada ao 1º ciclo de estudos.
- Inexistência de um quadro permanente de professores de dimensão minimamente adequada. Cerca de 85% (22/26) têm contrato de “prestação de serviços”, com duração de 1 semestre, o que põe totalmente em causa a estabilidade necessária à qualidade e autonomia científica e pedagógica.

C4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da Instituição.

Dada a amplitude e profundidade das debilidades identificadas em domínios fundamentais para a prossecução da missão de uma instituição de ensino superior, as recomendações de melhoria correspondem, de modo global, à superação imediata das mesmas.

C5. Recomendação Final

(Acreditar, Acreditar com condições, Não Acreditar)

Tudo o antes exposto, em particular as acentuadas fraquezas assinaladas nos domínios da garantia da qualidade, investigação e internacionalização, a par da crítica situação de instabilidade do corpo docente, não consentânea com a qualidade e autonomia científica e pedagógica mínimas que se exigem a uma instituição de ensino superior, justificam o parecer desta CAE de que a decisão relativa à Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa (ESTAL) deverá ser “Não Acreditar”.

RESPOSTA À PRONÚNCIA DA INSTITUIÇÃO

- No respeito pela liberdade de pensamento e expressão que aos autores da Pronúncia assiste e dada a nulidade do seu contributo para o fim em causa, alguns dos comentários/incorreções dela constantes não serão objecto de qualquer resposta.
- Sobre os pontos concretos, a CAE emite o seguinte parecer:
 - A3.2; A5.2.2; A5.3.2; A5.4.2; A6.2; A7.3.2; A8.2; A9.2.2; A11.2; A14.2. A maioria da informação apresentada já foi disponibilizada no Rel. Autoavaliação e é, em muitos casos, irrelevante para o assunto em apreciação. Não se justifica qualquer alteração ao Relatório Preliminar (RP).
 - A4.1.2. Ao verificar que os Estatutos em vigor se não adaptavam à realidade, a Escola deveria tê-los alterado e não passar a adoptar os antigos. Não há motivos para alterar o RP.
 - A4.2.2. Ainda que reiterando a apreciação feita no RP, pode admitir-se que a informação recolhida na visita sobre as funções da presidente do CD tenha sido afectada por algum problema de comunicação. Não há motivos para alterar o RP.
 - A4.3.2. Sem prejuízo das afirmações feitas no RP, a exposição agora apresentada concorre para que a apreciação seja alterada de “Não” para “Em parte”.
 - A5.1.2. A informação apresentada ora é desajustada ao tópico em análise, ora se reporta a anos

lectivos que não estão em análise, ora indevidamente expõe dados de outras IES para comparabilidades numéricas. Não há motivos para alterar o RP.

- A7.1.2. - A Pronúncia vem reforçar a apreciação feita no RP, que se mantém.

- A10.2. As deficiências foram explicitamente expressas pelos estudantes, mantendo a CAE a afirmação daquilo que directamente e por mero acaso pôde observar. Confirma-se o teor do RP.

- A12.2. As deficiências do site foram as encontradas à data. Mantém-se o teor do RP.

- A13.2. O texto deste ponto não é compreensível. Confirma-se o RP.

►Considerando que se mantêm as acentuadas fraquezas assinaladas no RP e sintetizadas nos seus pontos C1 e C3, reitera-se o entendimento de que a Escola não cumpre os requisitos mínimos consentâneos com a qualidade que se exige a uma IES, designadamente em domínios fundamentais como a constituição dos órgãos e seu funcionamento, a garantia da qualidade, a investigação, a internacionalização, o corpo docente e sua estabilidade e avaliação.

Assim, o parecer desta CAE é de que a decisão relativa à Escola Superior de Tecnologias e Artes de Lisboa deverá ser “Não Acreditar”.